

## PARECER N° , DE 2016

Das EMENDAS DE PLENÁRIO, ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2015 – Complementar (Projeto de Lei nº 25, de 2007 – Complementar, na origem), que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 125, de 2015 – Complementar, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências,* é composto de doze artigos.

Aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, a proposição, recebida nesta Casa em 9 de setembro de 2015, altera, em diversos pontos, o tratamento legal dispensado à microempresa (ME) e à empresa de pequeno porte (EPP).

Nesta Casa, o PLC foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para análise, onde foram apresentadas oito emendas.



SF/16211.52332-50

Em 27 de outubro de 2015, foi realizada uma Sessão Temática no Plenário do Senado Federal para discutir o tema. Em 23 de novembro de 2015, a CAE realizou diligência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo com a finalidade de instruir o PLC 125, de 2015.

Em reunião da CAE em 8 de dezembro de 2015, o nosso relatório foi aprovado pela Comissão e passou a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, às emendas n<sup>os</sup> 1 e 5 e parcialmente às emendas n<sup>os</sup> 2 e 4, nos termos da Emenda n<sup>o</sup> 9-CAE (Substitutivo), e contrário às emendas n<sup>os</sup> 3, 6, 7 e 8.

No dia 15 de dezembro de 2015, foi aprovado no Plenário do Senado Federal o Requerimento n<sup>o</sup> 1409, de 2015, de urgência.

## II – ANÁLISE

A análise da constitucionalidade do projeto não indica qualquer óbice à sua regular tramitação. A matéria versada no PLC relaciona-se à competência da União estabelecida pelo art. 146, III, *d*, da Constituição Federal (CF), sendo a iniciativa parlamentar fundamentada pelos arts. 48, I, e 61 da Lei Maior.

No quesito juridicidade tampouco há qualquer restrição, visto que a matéria é tratada de forma genérica, inovadora e efetiva, por meio do instrumento legislativo adequado (lei complementar), respeitando os princípios diretores do ordenamento jurídico brasileiro.

No tocante à técnica legislativa, no geral, o PLC está em conformidade com as regras definidas na Lei Complementar n<sup>o</sup> 95, de 26 de fevereiro de 1998, que rege o tema.

Quanto ao mérito, o projeto traz importantes alterações em relação ao Simples Nacional e outras matérias relacionadas ao tratamento simplificado e favorecido devido às micro e pequenas empresas. Por isso, mantemos importantes contribuições do texto aprovado na Câmara dos Deputados.



No entanto, tivemos a oportunidade de aprofundar a discussão do PLC e reunir as colaborações de parlamentares, de entidade representativas do setor, do SEBRAE, dos servidores do Programa Brasil Mais Simples, da Receita Federal, da Secretaria de Governo e da Casa Civil da Presidência da República, bem como de Governadores e Secretários Estaduais de Fazenda, reunidos conosco e com o Presidente do Senado Federal no último dia 8 de junho de 2015, entre outros parceiros. Todas essas negociações permitiram um maior aperfeiçoamento do texto, razão pela qual oferecemos à apreciação dos senadores o presente Substitutivo.

O tripé – simplificação, tributação diferenciada e estímulo ao emprego – é a essência do Simples. Contudo, ousaria dizer que ainda precisamos enfrentar um grande desafio: o medo que as empresas têm de crescer. Sempre defendemos o projeto, salientando que o Simples não somente ajuda na formalização de empresas e no aumento de arrecadação, mas contribui, principalmente, com a geração de emprego.

Infelizmente, a crise econômica também atingiu o setor. As micro e pequenas empresas, que representavam 94% da expansão dos postos de trabalho no Brasil, começaram a contribuir para o aumento da taxa de desemprego no país, com seguidos meses de saldo negativo na geração de emprego. Dados recentes, divulgados pelo Jornal O Estado de São Paulo, apontam para um aumento recorde de 95% no número de pedidos de recuperação judicial, com as micro e pequenas empresas liderando as estatísticas.

O atual momento exige do Congresso Nacional as necessárias medidas para o enfrentamento desse grave cenário. Esse é o principal objetivo deste projeto e das alterações que propomos.

Hoje, ao aumentar seu faturamento, essas micro e pequenas empresas mudam de faixa de tributação dentro do Simples, o que resulta num aumento brusco de alíquotas, que pode chegar até 36% de uma faixa para outra. Ou seja, muitas vezes um pequeno crescimento no faturamento implica num grande “tranco” tributário.

Já na saída do Simples, esse impacto da carga tributária, na transição para o Regime do Lucro Presumido, pode ser ainda mais expressivo: a carga sobe 54% para o comércio, 40% para a indústria e 35%



para serviços. É urgente eliminar o estímulo negativo, hoje existente, ao crescimento das optantes.

Para resolver esse grave problema, o Substitutivo amplia o limite de enquadramento dos atuais R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões, uma correção moderada, mas consoante com o contexto econômico que vivemos. Também reduzimos o número de faixas de faturamento de 20 para 6 faixas, simplificando a lógica de todo o sistema. Além disso, o aumento das alíquotas incidentes sobre cada uma das faixas ocorre de forma gradativa, aplicando-se ao Simples o mesmo conceito de progressividade tributária, atualmente vigente no Imposto de Renda Pessoa Física. Ao invés de uma “escada” com verdadeiros “trancos” tributários, optamos por uma “rampa” suave, que não inibe o crescimento dos negócios.

Promovemos ajustes na vigência das novas regras do Simples. Um único dispositivo entrará em vigor imediatamente: a criação de um parcelamento especial de débitos das empresas do Simples de 120 meses. Os optantes do Simples terão um prazo de 3 meses, contados a partir da regulamentação da matéria, para optar por essa modalidade de parcelamento especial. Esse prazo poderá ser prorrogado ou reaberto por igual período, a critério do Comitê Gestor do Simples Nacional. Fundamental essa medida para salvarmos as empresas da “quebradeira”, viabilizando os micro e pequenos empreendimentos e, mais importante, preservando os empregos.

Chamamos atenção ao fato de que o prazo de 120 meses é comumente utilizado no refinanciamento de débitos tributários pela maioria dos estados e municípios. Esse prazo de parcelamento é verificado, por exemplo, nos Estados de Tocantins, Espírito Santo, Paraná, São Paulo, Acre, Distrito Federal, Rondônia, Piauí, Maranhão, Alagoas e Ceará, todos com leis aprovadas nesse sentido.

As demais alterações passam a vigorar apenas em 1º de janeiro de 2018.

Várias reivindicações de prefeitos e governadores foram atendidas no Substitutivo.

Estão mantidas as barreiras para a cobrança do ICMS e do ISS através do Simples Nacional até os R\$ 3,6 milhões. Acima disso, esses



impostos serão cobrados fora do Simples, nas alíquotas aplicáveis a quaisquer empresas. Ou seja, a ampliação do limite de enquadramento não impactará municípios e estados. Esse limite alcança ainda as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, conforme detalharemos mais à frente.

Também suprimimos o dispositivo que exigia, para ingresso no Simples, a adimplência dos interessados apenas em relação aos tributos que compõe o Regime. Desta forma, mantém-se a regra já vigente, na qual o interessado, para optar pelo Simples, precisa estar em dia com suas obrigações juntos a todos os fiscos: municipal, estadual e federal.

Desburocratizamos o compartilhamento de informações entre os fiscos, que agora terão meios de controle com relação às operações desenvolvidas pelas empresas optantes do Simples, com o livre trânsito de informações entre os fiscos. Trata-se de uma medida importante para restabelecer o equilíbrio de mercado ao fortalecer o combate à sonegação.

Sempre oportuno lembrar que a arrecadação do ISS não passa pelo Tesouro Nacional e é distribuída em tempo real aos municípios. Ainda hoje, a maior parte dos municípios brasileiros não dispõe de administrações tributárias e o Simples Nacional viabilizou para todos os 5.570 municípios a arrecadação do ISS e sem custos, gerando um extraordinário resultado para a arrecadação.

Em relação às propostas dos Governadores, através dos Secretários Estaduais da Fazenda, retiramos do texto a previsão de ajuste anual das tabelas do Simples Nacional e suprimimos a remissão das multas de obrigações acessórias de empresas extintas por inatividade.

O PLC beneficia também as chamadas Organizações da Sociedade Civil – OSC. A maior parte das receitas dessas entidades são imunes ou isentas. No entanto, algumas atividades não próprias desenvolvidas por elas, como por exemplo um bazar ou uma quermesse, são submetidas a tratamento tributário de uma empresa de grande porte. Com essa alteração, essas entidades poderão optar pelo Simples, para formalização dessas receitas de forma simplificada.



Também criamos um mecanismo de facilitação da baixa do registro do MEI quando identificada a ocorrência de fraude feita por terceiros.

As empresas do segmento da beleza também são contempladas no Substitutivo. Atualmente, os valores que são integralmente repassados para os profissionais parceiros são contabilizados para fins de enquadramento do Salão de Beleza no Simples. Esses valores, que não são receita do Salão, mas dos profissionais parceiros, são contabilizados para fins de apuração da receita bruta do estabelecimento, impedindo muitos deles de optar pelo Simples ou fazendo com que fiquem numa faixa de enquadramento elevada. Corrigimos essa distorção, para excluir da base de cálculo da receita bruta os valores repassados aos profissionais parceiros.

Melhoramos no Substitutivo a redação do dispositivo que permite que cervejarias, vinícolas, produtores de licores e destilarias possam aderir ao Simples Nacional. Estamos tratando aqui dos micro e pequenos negócios, a maioria deles familiares, que utilizam insumos locais, movimentam a economia de inúmeros municípios brasileiros e representam um dos segmentos que mais cresce no Brasil. Deixamos claro no Substitutivo que essas empresas deverão obrigatoriamente ser registradas no Ministério da Agricultura, e obedecerão também à regulamentação da ANVISA e da Receita Federal.

Mantivemos ainda o chamado Fator Emprego, uma regra que privilegia os empreendimentos com maior potencial para a geração de empregos, incluindo-os na tabela de tributação mais favorável. Para isso, é necessário que a micro ou pequena empresa invista pelo menos 35% da receita bruta anual com a folha de salários.

O limite para enquadramento dos Microempreendedores Individuais – MEI – foi mantido em R\$ 72 mil, conforme aprovado pelos Deputados Federais. No entanto, aperfeiçoamos a redação quanto ao registro do empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural. A intenção é permitir, por exemplo, que os prestadores de serviços rurais, como um tratoreiro que aluga seu equipamento para roçar campos, possa optar pelo registro como MEI, sem perder, enquanto agricultor, a sua condição de segurado especial da Previdência Social.



Preservamos no Substitutivo as regras quanto ao registro profissional dos microempreendedores individuais. Assim, o MEI inscrito no conselho profissional de sua categoria, na qualidade de pessoa física, fica dispensado de realizar nova inscrição no mesmo conselho na qualidade de empresário individual. Também proibimos os Conselhos Profissionais de exigirem a inscrição quando a ocupação do MEI não exigir registro profissional da pessoa física.

Foi mantida a possibilidade de estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% optarem pela aplicação de um sublimite de R\$ 1,8 milhão para o recolhimento do ICMS, reduzindo impactos para os estados mais pobres da Federação.

O substitutivo mantém a exigência de comprovação da regularidade trabalhista para poder participar das contratações com a administração pública. Também preserva os procedimentos para a exportação e isenta as micro e pequenas empresas do pagamento de preços, taxas, emolumentos ou remunerações para fins de obtenção de anuências de exportação, ampliando as opções de mercado.

Além disso, o Substitutivo reforça o caráter orientador da primeira fiscalização de micro e pequenas empresas, inclusive do ponto de vista das relações de consumo. Ao invés de punir, os fiscais orientarão os empresários com relação às diligências necessárias para a adequação dos negócios, até uma próxima visita fiscalizatória.

Estão mantidos os mecanismos para estimular e proteger o “investidores-anjo”, um indivíduo que dispõe de vastos recursos econômicos e os utiliza para financiar diretamente empreendimentos ainda em seu estágio inicial. Concordamos com o texto original da Câmara dos Deputados, uma contribuição importante do Deputado Federal Otávio Leite (PSDB-RJ), que normatiza um tipo de financiamento que vem ganhando progressiva relevância na economia contemporânea, em particular na indústria tecnológica e no setor da tecnologia da informação. Os investidores-anjo não serão considerados sócios, nem terão qualquer direito de gerência ou voto na administração da empresa e poderão firmar contrato de participação com vigência não superior a 7 anos. Em compensação, não responderão por qualquer dívida da empresa. O Ministério da Fazenda regulamentará a tributação sobre retirada do capital investido pelo investidor-anjo.



Para facilitar o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas, adotados a proposta inicial das chamadas Empresas Simples de Crédito – ESC. Qualquer cidadão organizado como Empresa Simples de Crédito poderá emprestar seus recursos próprios aos pequenos negócios do seu município, sem captação no mercado financeiro. Trata-se, inegavelmente, de um novo instrumento de acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas, frente à enorme concentração no mercado financeiro brasileiro, onde poucos bancos emprestam a maior parte do dinheiro.

O sistema bancário tem imensas redes, oferece muitos serviços, mas não consegue emprestar para os pequenos. Esclareço: as Empresas Simples de Crédito não se constituem na regulamentação da agiotagem. O cidadão se formalizará como empresa e somente poderá emprestar os próprios recursos para pessoas jurídicas, nunca para pessoas físicas. Além disso, reitero que o projeto veda a captação no mercado financeiro e há claros mecanismos de fiscalização, ao se exigir a escrituração pública eletrônica digital, tornando célere a identificação de ilícitos tributários, e a sujeição de todas as suas operações financeiras ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Também acrescentamos dispositivo, por sugestão dos Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira, que prevê a regulamentação das Empresas Simples de Crédito pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

São mantidos ainda os dispositivos que tratam sobre certificação de qualidade de produtos e processos para micro e pequenas empresas, assim como a redução nos valores dos depósitos recursais exigidos das micros e pequenas empresas para que possam, em sede de recurso, continuar defendendo seus interesses na Justiça do Trabalho.

Por fim, ajustamos a regra de transição, para fins de permanência das empresas optantes do Simples Nacional no regime, quando da adoção dos novos limites de enquadramento.

## **II.1 EMENDAS**

No Plenário do Senado Federal, foram apresentadas dezoito emendas.

A Emenda PLEN nº 10, do Senador Ronaldo Caiado, tem por objetivo incluir a medicina, inclusive laboratorial e enfermagem, dentre as



atividades de prestação de serviços previstas no § 5º-B do art. 18 da Lei Complementar nº 123, 14 de dezembro de 2006, para que seja tributada na forma do Anexo III desta Lei Complementar. Manifestamos pela rejeição da Emenda PLEN nº 10, em razão do elevado impacto da medida.

A Emenda PLEN nº 11, do Senador Ricardo Franco, bem como a Emenda PLEN nº 12, do Senador Flexa Ribeiro, têm o objetivo de afastar a dispensa de pagamento de contribuições instituídas pela União para as empresas que excederem o teto de R\$ 3,6 milhões de receita bruta anual. O Senador Ricardo Franco propõe a alteração da alínea “i”, inciso XIII, §1º, art. 13 do Projeto de Lei, dispositivo que trata especificamente do ICMS. Já o Senador Flexa Ribeiro propõe, adequadamente, a alteração do §3º do mesmo art. 13, dispositivo pertinente ao objeto da emenda. Destaco, dentre as contribuições abrangidas nas Emendas, o salário-educação, uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, bem como as contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical. Com as Emendas PLEN nºs 11 e 12, garante-se que não haverá perda dos recursos do salário-educação, e assim estados e municípios continuarão aplicando esses valores em programas, projetos e ações voltados para a educação básica. Também continuarão os investimentos em formação profissional. Portanto, em defesa dos recursos para a educação e para a qualificação profissional, manifestamo-nos pela aprovação da Emenda PLEN nº 12, do Senador Flexa Ribeiro. Por sua vez, como a Emenda PLEN nº 11 tem o mesmo sentido, por razões de ordem técnica ela será rejeitada, embora, na prática tenha sido contemplada a sua intenção, nos termos do Substitutivo.

A Emenda PLEN nº 13, do Senador Douglas Cintra, tem por objetivo alterar a redação do §5º do art. 17 para explicitar quais os registros exigidos, bem como os regulamentos aplicáveis, para que empresas que produzam ou comercializem bebidas alcoólicas possam optar pelo Simples Nacional. A sugestão do nobre parlamentar aprimora o Projeto de Lei, razão pela qual opinamos pela sua aprovação parcial, para promover ajustes de redação.

A Emenda PLEN nº 14, também de autoria do Senador Douglas Cintra, propõe a supressão dos arts. 63-A a 63-E, que tratam das Empresas Simples de Crédito. O Senador argumenta que a criação dessa nova



modalidade de empresa deve ser objeto de um maior e cuidadoso debate, inclusive com o Ministério da Fazenda, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. Esclarecemos que as Empresas Simples de Crédito permitirão ao cidadão se formalizar como empresa, podendo emprestar somente os próprios recursos para pessoas jurídicas, nunca para pessoas físicas. Além disso, o projeto veda a captação no mercado financeiro e há claros mecanismos de fiscalização, ao se exigir a escrituração pública eletrônica digital, tornando célere a identificação de ilícitos tributários, e a sujeição de todas as suas operações financeiras ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Também ajustamos o Substitutivo para contemplar sugestão do Senador Ricardo Ferraço, prevendo que o Banco Central do Brasil regulamentará as Empresas Simples de Crédito. Portanto, opinamos pela rejeição da presente emenda.

A Emenda PLEN nº 15, do Senador Antonio Carlos Valadares, pretende suprimir do projeto as alterações propostas ao inciso V do art. 17, que permite a participação no Simples Nacional de empresas inadimplentes com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, restringindo a exigência de adimplência apenas aos tributos abrangidos pelo regime simplificado. Concordamos com a tese do autor, razão pela qual opinamos pela aprovação da emenda.

A Emenda PLEN nº 17, do senador José Aníbal, pretende suprimir todas as alterações feitas no substitutivo com relação ao MEI. O argumento usado é que o projeto aumenta exageradamente os limites do MEI. Levando-se em conta que a proposta prevê aumento de 20% sobre valores atuais, passando de R\$ 60 mil para R\$ 72 mil anuais, não pode ser considerada exagerada, pois não chega a constituir nem aumento real, já que a última alteração se deu em 2011. Portanto, manifestamos pela sua rejeição.

A Emenda PLEN nº 18, do senador José Aníbal, exclui a definição do Simples Nacional como Regime Tributário. Não é possível afastar a principal alteração conceitual do Simples proposta pelo substitutivo, pois corrige o entendimento atual que o tratamento favorecido às micro e pequenas empresas seria gasto tributário. Pelo exposto, manifestamos pela rejeição da emenda.

A Emenda PLEN nº 19, do senador José Aníbal, pretende suprimir o § 17-A do art. 21, da Lei Complementar nº 123, de 2006, na forma do art. 1º do substitutivo, que estabelecia o valor mínimo de R\$ 100 ou 0,5%



do faturamento mensal, o que for maior, para o parcelamento geral de débitos. Acolhemos a emenda, pois não promoveremos nenhuma alteração no regime geral de parcelamento do Simples, em favor da criação de um parcelamento especial.

A Emenda PLEN nº 20, do senador José Aníbal, suprime a possibilidade de opção pelo Simples de micro e pequenos produtores de bebidas alcoólicas. Rejeitamos a emenda pois o estímulo a esse setor, além de dinamizar a economia, promoverá o turismo regional e a agricultura familiar de insumos para a atividade econômica do setor.

A Emenda PLEN nº 21, do senador José Aníbal, pretende suprimir o parcelamento especial na forma prevista no art. 9º do substitutivo, ao argumento que seria uma prerrogativa dos entes federados no exercício de sua competência constitucional. Não acolhemos a emenda tendo em vista a forte crise por que passam os micro e pequenos negócios e o tratamento favorecido que a Constituição lhes garante.

A Emenda PLEN nº 22, do senador José Aníbal, pretende suprimir o adiamento da entrada em vigor do projeto de 1º de julho de 2017 para 1º de janeiro de 2018. Acolhemos parcialmente a emenda, porém mantendo a vigência imediata para o parcelamento especial proposto na forma do substitutivo.

A Emenda PLEN nº 23, do senador José Aníbal, pretende suprimir os incisos XIX do § 5º-B, o § 5º-D e o inciso VI do § 5º-I, todos do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na forma prevista no art. 1º do substitutivo. Manifestamos pela rejeição da emenda, visto que teria repercussões sobre a nova sistemática de tributação proposta, desestruturando-a.

A Emenda PLEN nº 24, do senador Humberto Costa pretende incluir texto com o objetivo de mudar o enquadramento das empresas de prestação de serviços na área de terapia ocupacional, para que sejam tributadas pela Tabela do Anexo 3, a exemplo do que já ocorre com categoria correlata, a fisioterapia. No mérito, concordamos que o pleito é justo. As duas profissões são regulamentadas pela mesma legislação e vinculadas ao mesmo Conselho Federal – o COFFITO. No entanto, mantemos nosso parecer pela rejeição da presente emenda, em atenção à negociação com as



fazendas municipal, estadual e federal, em razão dos significativos impactos na arrecadação que, no atual contexto econômico, desaconselha a mudança sugerida.

A Emenda PLEN nº 25, do senador Aloysio Nunes Ferreira, propõe um parcelamento especial de 120 parcelas, sem redução de juros e multas, com prazo de adesão de 3 meses, com prestação mensal não inferior a R\$ 300 e detalha os procedimentos e o alcance do parcelamento especial. Acolhemos parcialmente a emenda, promovendo alguns ajustes pontuais no texto, porém mantendo o número de parcelas, o prazo de adesão e a não incidência de redução de juros e multas.

A Emenda PLEN nº 26, do senador Aloysio Nunes Ferreira, pretende disciplinar a produção dos efeitos legais do projeto, determinando a vigência imediata do parcelamento especial e que os demais dispositivos passem a vigorar apenas em 1º de janeiro de 2018. Acolhemos a emenda, promovendo apenas ajustes de redação.

A Emenda PLEN nº 27, do senador Aloysio Nunes Ferreira, pretende revisar as Tabelas de Alíquotas constantes dos Anexos I a V da Lei Complementar nº 123, de 2006. Acolhemos a proposta parcialmente, para refletir ajustes nas Tabelas de Repartição dos Tributos, conforme acordo com a Receita Federal.

Por fim, a Emenda PLEN nº 28, do senador Wellington Fagundes, propõe a alteração da forma de tributação dos serviços de odontologia. No mérito, concordamos que o pleito é justo, no entanto, nosso parecer é pela rejeição da presente emenda, em atenção à negociação com as fazendas municipal, estadual e federal, em razão dos significativos impactos na arrecadação que, no atual contexto econômico, desaconselha a mudança sugerida.

### **III – VOTO**

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 125, de 2015 – Complementar, e das Emendas PLEN nºs 12, 15, 19 e 26, pela aprovação parcial das Emendas PLEN nºs 13, 22, 25 e 27, e pela rejeição das Emendas PLEN nºs 10, 11, 14, 17, 18, 20, 21, 23, 24 e 28, nos termos do seguinte Substitutivo.



## **SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO**

**(ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2015 – Complementar)**

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011 e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º** .....

.....

II – no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

.....

§ 17. Para fins de enquadramento no Simples Nacional, previsto no Capítulo IV desta Lei, consideram-se microempresa e empresa de pequeno porte as organizações da sociedade civil – OSC, conforme o art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, relativamente às receitas não imunes ou isentas, observados os limites desta Lei Complementar, na forma do § 27 do art. 18.

§ 18. Não são passíveis de enquadramento na hipótese do § 17 as seguintes pessoas jurídicas:

I – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

II – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações.” (NR)

“**Art. 4º** .....



.....

§ 6º Na ocorrência de fraude no registro do MEI feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito por meio exclusivamente eletrônico, com efeitos retroativos à data de registro, na forma a ser regulamentada pelo CGSIM, não sendo aplicáveis os efeitos do § 1º do art. 29 desta Lei.”

“**Art. 12.** .....

*Parágrafo único.* O Simples Nacional integra o regime geral tributário, inclusive para fins de contabilidade pública.”

“**Art. 13.** .....

.....

§ 1º .....

.....

XIII – .....

.....

i) nas operações efetuadas por empresas de pequeno porte industriais, de comércio ou de serviço após esses estabelecimentos superarem a receita bruta de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano-calendário corrente;

XIV – .....

.....

c) nas prestações de serviços efetuadas por empresas de pequeno porte após esses estabelecimentos superarem a receita bruta de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano-calendário corrente.

.....

§ 1º-A Os valores repassados aos profissionais de que trata a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, contratados por meio de parceria, nos termos da legislação civil, não integrarão a receita bruta da empresa contratante para fins de tributação, cabendo ao contratante a retenção e o recolhimento dos tributos devidos pelo contratado.

.....

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo, exceto



aquelas que auferiram receita bruta superior a R\$ 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano-calendário corrente.

.....  
 § 9º A empresa que se enquadrar na alínea “i” do inciso XIII ou na alínea “c” do inciso XIV estará automaticamente impedida de recolher o ICMS ou o ISS na forma do Simples Nacional, a partir do mês subsequente ao que tiver ocorrido o excesso, sujeitando-se às regras do regime normal de apuração, inclusive quanto às obrigações acessórias.

§ 10. A empresa que se enquadrar na alínea “i” do inciso XIII ou na alínea “c” do inciso XIV e que, no decurso do ano-calendário de início de atividade, ultrapassar o limite proporcional estará automaticamente impedida de recolher o ICMS ou o ISS na forma do Simples Nacional, a partir do mês subsequente ao que tiver ocorrido o excesso, sujeitando-se às regras do regime normal de apuração, inclusive quanto às obrigações acessórias.

§ 11. Os efeitos do impedimento previsto nos §§ 9º e 10º ocorrerão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado não for superior a 20% (vinte por cento) dos limites referidos.” (NR)

“**Art. 17.** .....

.....  
 X – .....

.....  
 b) bebidas não alcoólicas a seguir descritas:

.....  
 c) bebidas alcoólicas, exceto aquelas produzidas ou vendidas no atacado por:

- 1 – micro e pequenas cervejarias;
- 2 - micro e pequenas vinícolas;
- 3 - produtores de licores;
- 4 - micro e pequenas destilarias;

.....  
 § 5º As empresas que exerçam as atividades previstas nos itens da alínea “c” do inciso X do **caput** deste artigo deverão obrigatoriamente ser registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e obedecerão também à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Secretaria da Receita Federal do Brasil quanto à produção e à comercialização de bebidas alcoólicas.” (NR)



“**Art. 18.** O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração.

§ 1º-A A alíquota efetiva é o resultado de:  $(RBT12 \times Aliq - PD) / (RBT12)$ , onde:

I - RBT12 - receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;

II - Aliq - alíquota nominal constante dos Anexos I a V;

III - PD - parcela a deduzir constante dos Anexos I a V.

§ 1º-B Os percentuais efetivos de cada tributo serão calculados a partir da alíquota efetiva, multiplicada pelo percentual de repartição constante da tabela constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar, observando-se que:

I - o percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se eventual diferença proporcionalmente entre os demais tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual;

II - eventual diferença centesimal entre o total dos percentuais e a alíquota efetiva será transferida para o tributo com maior percentual de repartição na respectiva faixa de receita bruta.

§ 1º-C Na hipótese de transformação, extinção, fusão ou sucessão de tributos dentre os descritos nos incisos IV e V do art. 13, serão mantidas as alíquotas nominais e efetivas previstas neste artigo e nos Anexos I a V desta Lei Complementar, e lei ordinária disporá sobre a repartição dos valores arrecadados para os tributos federais, sem alteração no total dos percentuais de repartição a eles devidos, e mantidos os percentuais de repartição destinados ao ICMS e ao ISS.

§ 2º Em caso de início de atividade, os valores de receita bruta acumulada constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar devem ser proporcionalizados ao número de meses de atividade no período.

§ 3º Sobre a receita bruta auferida no mês incidirá a alíquota efetiva determinada na forma do caput e dos §§ 1º, 1º-A e 2º deste



artigo, podendo tal incidência se dar, à opção do contribuinte, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, sobre a receita recebida no mês, sendo essa opção irrevogável para todo o ano-calendário.

.....  
 § 5º-B .....

.....  
 XVIII – arquitetura e urbanismo.  
 .....

§ 5º-D Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar:

.....  
 § 5º-F As atividades de prestação de serviços referidas no § 2º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar, salvo se, para alguma dessas atividades, houver previsão expressa de tributação na forma do Anexo IV ou V desta Lei Complementar.

.....  
 § 5º-I Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as seguintes atividades de prestação de serviços serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar:

.....  
 VI – engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, *design*, desenho e agronomia;  
 .....

XII – outras atividades do setor de serviços que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, desde que não sujeitas à tributação na forma do Anexo III ou IV desta Lei Complementar.

§ 5º-J As atividades de prestação de serviços a que se refere o § 5º-I serão tributadas na forma do Anexo III desta Lei Complementar caso a razão entre a folha de salários e a receita bruta da pessoa jurídica seja maior do que 35% (trinta e cinco por cento).

§ 5º-K Para o cálculo da razão a que se refere o § 5º-J, serão considerados, respectivamente, os montantes pagos e auferidos nos doze meses anteriores ao período de apuração para fins de enquadramento no regime tributário do Simples Nacional.



§5º-L As atividades realizadas por organizações da sociedade civil, na forma do art. 3º, § 17, serão tributadas conforme os Anexos I, II e V desta Lei Complementar, de acordo com a atividade desempenhada, hipóteses em que não estará incluída no Simples Nacional:

I – a contribuição prevista no inciso VI do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis;

II – os demais tributos isentos ou imunes, conforme regulamentação do CGSN.

.....  
§ 13. Para efeito de determinação da redução de que trata o § 12 deste artigo, as receitas serão discriminadas em comerciais, industriais ou de prestação de serviços na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Lei Complementar.

§ 14. A redução no montante a ser recolhido no Simples Nacional relativo aos valores das receitas decorrentes da exportação de que trata o inciso IV do § 4º-A deste artigo corresponderá tão somente às alíquotas efetivas relativas à Cofins, à Contribuição para o PIS/Pasep, ao IPI, ao ICMS e ao ISS, apuradas com base nos Anexos I a V desta Lei Complementar.

.....  
§ 16. Na hipótese do § 12 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder o montante determinado no § 10 daquele artigo estará sujeita às alíquotas máximas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente, conforme o caso.

.....  
§ 17. Na hipótese do § 13 do art. 3º, a parcela de receita bruta que exceder os montantes determinados no § 11 daquele artigo estará sujeita, em relação aos percentuais aplicáveis ao ICMS e ao ISS, às alíquotas máximas correspondentes a essas faixas previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, proporcionalmente, conforme o caso.

.....  
§ 24. Para efeito de aplicação do §5º-J, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago nos 12 (doze) meses anteriores ao período de apuração, a título de remunerações a pessoas físicas decorrentes do trabalho, acrescido do montante efetivamente recolhido a título de contribuição patronal previdenciária e FGTS, incluídas as retiradas de pró-labore.

.....  
§ 27. Para fins do disposto no § 17 do art. 3º desta Lei Complementar, não serão computadas como receita bruta:



I – contribuições, anuidades ou mensalidades de associados fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados, instituidores ou mantenedores;

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas, ainda que com encargos;

III – doações e patrocínios efetuados a projetos da entidade com apoio em leis de incentivos;

IV – transferências de recursos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, efetuadas com base em parcerias por meio de termos de fomento, de colaboração, de parceria, contrato de gestão ou outros instrumentos congêneres.” (NR)

“**Art. 18-A.** .....

§1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro.

§ 3º .....

V – o Microempreendedor Individual, com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) recolherá, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor, valor fixo mensal correspondente à soma das seguintes parcelas:

.....  
 § 16-A. A baixa do MEI, via portal eletrônico, dispensa a comunicação aos órgãos da administração pública.

.....  
 § 19-A. O MEI inscrito no conselho profissional de sua categoria, na qualidade de pessoa física, fica dispensado de realizar nova inscrição no mesmo conselho na qualidade de empresário individual.



§ 19-B. São vedadas aos conselhos profissionais, sob pena de responsabilidade, a exigência de inscrição e a execução de qualquer tipo de ação fiscalizadora quando a ocupação do MEI não exigir registro profissional da pessoa física.

.....” (NR)

“**Art. 18-C.** Observado o disposto no **caput** e nos §§ 1º a 25 do art. 18-A desta Lei Complementar, poderá enquadrar-se como MEI o empresário individual ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que possua um único empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

.....” (NR)

“**Art. 18-E** .....

.....

§ 4º É vedado impor restrições ao MEI relativamente ao exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua natureza jurídica, inclusive por ocasião da contratação dos serviços previstos no § 1º do art. 18-B desta Lei Complementar.

§5º O empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural que efetuar seu registro como Microempreendedor Individual não perderá a condição de segurado especial da Previdência Social.

§ 6º O disposto no § 5º e o licenciamento simplificado de atividades para o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural serão regulamentados pelo CGSIM em até cento e oitenta dias.

§ 7º O empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural manterá todas as suas obrigações relativas à condição de produtor rural ou de agricultor familiar.” (NR)

“**Art. 19.** Sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas nos Anexos I a V desta Lei Complementar, os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação de sublimite para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional nos respectivos territórios, para empresas com receita bruta anual até o limite de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

§ 1º .....



§ 2º A opção prevista no **caput** surtirá efeitos somente para o ano-calendário subsequente, salvo deliberação do CGSN.

.....” (NR)

“**Art. 20.** .....

§ 3º Na hipótese em que o recolhimento do ICMS ou do ISS não esteja sendo efetuado por meio do Simples Nacional por força do disposto neste artigo e no art. 19 desta Lei Complementar, as faixas de receita do Simples Nacional superiores àquela que tenha sido objeto de opção pelos Estados ou pelo Distrito Federal sofrerão, para efeito de recolhimento do Simples Nacional, redução da alíquota efetiva desses impostos, apurada de acordo com os Anexos I a V desta Lei Complementar, conforme o caso.

.....” (NR)

“**Art. 21.** .....

§ 4º .....

I – a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá à alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II – na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser aplicada pelo tomador a alíquota efetiva de 2%;

V – na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota efetiva de 5%;

§ 25. O documento previsto no inciso I do **caput** do presente artigo deverá conter a partilha discriminada de cada um dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional bem como os valores destinados a cada ente federado.” (NR)

“**Art. 24.** .....

§ 1º Não serão consideradas quaisquer alterações em bases de cálculo, alíquotas e percentuais ou outros fatores que alterem o valor de imposto ou contribuição apurado na forma do Simples Nacional, estabelecidas pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, exceto as previstas ou autorizadas nesta Lei Complementar.



§ 2º O disposto no **caput** não veda a utilização de regimes aduaneiros especiais ou incentivos à exportação.” (NR)

“**Art. 34.** .....

§ 1º É permitida a prestação de assistência mútua e permuta de informações entre a Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, relativas à microempresa ou à empresa de pequeno porte, para fins de planejamento ou de execução de procedimentos fiscais ou preparatórios.

§ 2º Fica a RFB obrigada a transmitir às Secretarias de Fazenda dos Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma estabelecida pelo CGSN, os dados da Declaração de Operações de Cartão de Crédito (Decred) de contribuintes optantes pelo Simples Nacional e outros de interesse das administrações tributárias Estaduais e Municipais.

§ 3º Sem prejuízo de ação fiscal individual, a administração tributária poderá utilizar procedimento de notificação prévia visando à autorregularização, na forma e prazos a serem regulamentados pelo CGSN, que não constituirá início de procedimento fiscal.

§ 4º O Comitê Gestor do Simples Nacional regulamentará o disposto neste artigo.”

“**Art. 42.** Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.” (NR)

“**Art. 43.** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

.....” (NR)

“**Art. 49-A.** .....



*Parágrafo único.* As pessoas jurídicas prestadoras de serviço de logística internacional, quando contratadas pelas empresas descritas nesta Lei Complementar, estão autorizadas a realizar atividades relativas a licenciamento administrativo, despacho aduaneiro, consolidação e desconsolidação de carga, bem como a contratação de seguro, câmbio, transporte e armazenagem de mercadorias, objeto da prestação do serviço, de forma simplificada e por meio eletrônico, na forma do regulamento.” (NR)

“**Art. 49-B.** As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes do Simples Nacional são isentas do pagamento de preços, taxas, emolumentos ou remunerações para fins de obtenção de anuências de exportação.”

“**Art 55.** A fiscalização, no que se refere aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo das microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

.....” (NR)

“**Art. 56.** .....

.....

§ 8º Na sua relação com empresas não optantes pelo Simples Nacional, as sociedades de propósito específico serão equiparadas às microempresas e empresas de pequeno porte.”

“**Art. 58.** Os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, vinculados à reciprocidade social, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 1º As instituições mencionadas no **caput** deste artigo deverão publicar, juntamente com os respectivos balanços, relatório circunstanciado dos recursos alocados às linhas de crédito referidas no **caput** deste artigo e aqueles efetivamente utilizados, consignando, obrigatoriamente, as justificativas do desempenho alcançado.

.....



§ 3º Para fins de aplicação do disposto no **caput**, considera-se como reciprocidade social a contratação de um aprendiz ou pessoa com deficiência, nos termos das respectivas legislações.

§ 4º O Conselho Monetário Nacional (CMN) regulamentará o percentual mínimo de direcionamento de recursos de que trata o **caput**, inclusive no tocante a recursos de que trata a alínea “b” do inciso III do art. 10 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.” (NR)

“**Art. 61-A.** Para incentivar as atividades de inovação e investimentos produtivos, as sociedades enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos desta Lei Complementar, poderão admitir o aporte de capital, que não integrará o capital social da empresa.

§ 1º As finalidades de fomento à inovação e investimentos produtivos deverão constar do contrato de participação, com vigência não superior a 7 anos.

§ 2º O aporte de capital poderá ser realizado por pessoas físicas ou jurídicas, denominadas investidores-anjos.

§ 3º A atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelos sócios regulares, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade.

§ 4º Os investidores-anjos:

I – não serão considerados sócios nem terão qualquer direito de gerência ou voto na administração da empresa;

II – não responderão por qualquer dívida da empresa, inclusive em recuperação judicial, não se aplicando a eles o art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil;

III - serão remunerados por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo máximo de 5 anos.

§ 5º Os valores aportados de capital não são considerados receitas da sociedade para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 6º Ao final de cada período, os investidores-anjos farão jus à remuneração correspondente aos resultados distribuídos, conforme contrato de participação, não superior a 50% (cinquenta por cento) dos lucros da sociedade enquadrada como microempresa e empresa de pequeno porte.

§ 7º O investidor-anjo somente poderá exercer o direito de resgate depois de decorridos, no mínimo, dois anos do aporte de capital, ou prazo superior estabelecido no contrato de participação, e seus haveres serão pagos na forma do art. 1.031 da Lei nº 10.406, 10



de janeiro de 2002, mas não poderão ultrapassar o valor investido devidamente corrigido.

§ 8º O disposto no § 7º deste artigo não impede a transferência da titularidade do aporte para terceiros.

§ 9º A transferência da titularidade do aporte para terceiros alheios à sociedade dependerá do consentimento dos sócios, salvo estipulação contratual expressa em contrário.

§ 10. O Ministério da Fazenda poderá regulamentar a tributação sobre retirada do capital investido.”

“**Art. 61-B.** A emissão e titularidade de aportes especiais não impede a fruição do Simples Nacional.”

“**Art. 61-C.** Caso os sócios decidam pela venda da empresa, o investidor-anjo terá direito de preferência na aquisição, bem como direito de venda conjunta da titularidade do aporte de capital, nos mesmos termos e condições que forem ofertados aos sócios regulares.”

“**Art. 61-D.** Os fundos de investimento poderão aportar capital como investidores-anjos em microempresas e empresas de pequeno porte.”

## “CAPÍTULO IX

.....

### ‘Seção IV Da Empresa Simples de Crédito

**Art. 63-A.** A Empresa Simples de Crédito, de âmbito municipal, com atuação em seu Município sede e Municípios limítrofes, destina-se à realização de operações de empréstimos, financiamento e desconto de títulos de crédito perante pessoas jurídicas, exclusivamente com recursos próprios.

**Art. 63-B.** A Empresa Simples de Crédito deve ser constituída sob a forma de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou sociedade limitada constituída por pessoas naturais e terá por objeto social exclusivo as atividades enumeradas no art. 63-A desta Lei Complementar.



§ 1º O nome empresarial da sociedade de que trata o **caput** conterà a expressão Empresa Simples de Crédito, e dele, bem como de qualquer texto de divulgação das atividades da referida sociedade, não poderão constar a expressão banco ou qualquer outra expressão identificadora de instituição financeira.

§ 2º O capital inicial da Empresa Simples de Crédito deverá ser realizado integralmente em moeda corrente, assim como os posteriores aumentos de capital.

§ 3º As Empresas Simples de Crédito poderão utilizar o instituto da alienação fiduciária em suas operações de crédito.

§ 4º O endividamento máximo da Empresa Simples de Crédito será de até três vezes o respectivo patrimônio líquido, consideradas as obrigações do passivo circulante, as obrigações por cessão de créditos e as garantias prestadas.

§ 5º As operações das Empresas Simples de Crédito equiparam-se, para fins do valor devido a título do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, às operações das empresas de fomento mercantil (*factoring*), na forma do regulamento.

§ 6º As operações financeiras realizadas pelas Empresas referidas neste artigo estarão sujeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

**Art. 63-C.** É vedado à Empresa Simples de Crédito realizar:

I – qualquer captação de recursos, sob pena de enquadramento no crime previsto no art. 16 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

II – operações de crédito, na qualidade de credor, com entidades integrantes da administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Não se aplicam à Empresa Simples de Crédito o depósito compulsório de reservas, bem como as limitações quanto à cobrança de juros previstas no Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, e no art. 591 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

§ 2º As Empresas Simples de Crédito obedecerão à regulamentação simplificada e específica do Banco Central do Brasil, observado o disposto no inciso IX do art. 170 e no art. 179 da Constituição Federal.

**Art. 63-D.** As operações de que trata o art. 63-A devem observar as seguintes condições:



I – a única remuneração passível de cobrança por parte da Empresa Simples de Crédito é a taxa de juros, não se admitindo a incidência de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifas;

II – cópia do instrumento de crédito deve ser entregue à empresa tomadora;

III – devem ser efetuadas por meio da conta corrente bancária da Empresa Simples de Crédito.

**Art. 63-E.** As Empresas Simples de Crédito estarão obrigadas a realizar a escrituração pública eletrônica digital.”

## “CAPÍTULO X

.....

### ‘Seção III Do Apoio à Certificação

**Art. 67-A.** O órgão competente do Poder Executivo disponibilizará na rede mundial de computadores informações sobre certificação de qualidade de produtos e processos para ME e EPP.

*Parágrafo único.* Os órgãos da administração direta e indireta e as entidades certificadoras privadas, responsáveis pela criação, regulação e gestão de processos de certificação de qualidade de produtos ou processos deverão, sempre que solicitados, disponibilizar ao órgão competente do Poder Executivo informações referentes a procedimentos, normas e forma de obtenção das normas aplicáveis aos processos de certificação em seu escopo de atuação.”

“**Art. 75-B.** Os depósitos recursais da Justiça do Trabalho terão uma redução na mesma proporção descrita no art. 38-B desta Lei Complementar.”

“**Art. 79-E.** A empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2017 que durante o ano-calendário de 2017 auferir receita bruta total anual entre R\$ 3.600.000,01 (três milhões e seiscentos mil reais e um centavo) e R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) continuará automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante.”  
(NR)



**Art. 2º** Os Anexos I a VI da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passam a vigorar com a redação dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

**Art. 3º** Os Ministros de Estado da Fazenda e do Trabalho definirão, em ato conjunto, a forma, a periodicidade e o prazo do recolhimento das contribuições previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e das devidas a terceiros, por meio de declaração unificada.

*Parágrafo único.* O recolhimento do FGTS na forma deste artigo será creditado diretamente na conta vinculada do trabalhador, sendo assegurada a transferência dos elementos identificadores do respectivo recolhimento ao órgão gestor do fundo.

**Art. 4º** Ficam convalidados os atos referentes à apuração e ao recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, inclusive em relação às obrigações acessórias, pelas empresas que desenvolvem atividades de prestação de serviço de controle de vetores e pragas, até a data de publicação desta Lei Complementar.

**Art. 5º** O parágrafo único do art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

“**Art. 9º** .....

.....

*Parágrafo único.* .....

.....

XIX – as Empresa Simples de Crédito.” (NR)

**Art. 6º** A Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 15-A e 15-B:

“**Art. 15-A.** Fica instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas, com o objetivo de promover a cidadania e melhorar as condições de vida e de renda de empreendedores em situação de pobreza.



§ 1º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas beneficiará os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI, conforme definido no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º O Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas será executado por meio da transferência de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica e gerencial, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, ao qual caberá definir as normas complementares do Programa.

§ 3º O Poder Executivo disporá sobre a participação de outros Ministérios e outras instituições vinculadas no planejamento, execução, monitoramento e avaliação do Programa de que trata o **caput** deste artigo.

§ 4º Para cumprir os objetivos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas, a União fica autorizada a estabelecer cooperação com serviços sociais autônomos e entidades de apoio e fomento empresariais, com ou sem transferência de recursos financeiros, para a disponibilização de serviços de assistência técnica e gerencial a empreendedores em situação de pobreza inscritos no CADÚNICO que desenvolvam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI, conforme definido no art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 5º O recebimento dos recursos do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas tem caráter temporário e não gera direito adquirido.”

“**Art. 15-B.** Fica a União autorizada a transferir diretamente ao empreendedor beneficiário do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas os recursos financeiros no valor de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), na forma do regulamento.

§ 1º A função de agente operador do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas será atribuída à instituição financeira oficial, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal.

§ 2º Os recursos transferidos no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbanas não compõem a receita bruta para efeito de enquadramento nos limites a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.”



**Art. 7º** Os arts. 29 e 31 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 29.** O Poder Executivo manterá, em base de dados apropriada, relação atualizada contendo o nome, o Número de Identificação Social (NIS) inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, a unidade federativa, o Município de residência e os valores pagos aos beneficiários do Programa de que tratam os arts. 1º, 9º e 15-A desta Lei.” (NR)

“**Art. 31.** Os recursos de que tratam os arts. 6º, 13 e 15-B poderão ser majorados pelo Poder Executivo em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, observada a dotação orçamentária disponível.”(NR)

**Art. 8º** O art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte §4º:

“**Art. 3º** .....

.....

§ 4º O registro como Microempreendedor Individual –MEI, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não comprovará renda própria suficiente à manutenção da família, exceto se demonstrado na declaração anual simplificada da microempresa individual.”

“**Art. 9º** Poderão ser parcelados em até 120 (cento e vinte) meses os débitos vencidos até a competência do mês de maio de 2016, apurados na forma do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, parcelados ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa do respectivo Ente Federativo, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 2º O pedido de parcelamento deverá ser efetuado em até 90 (noventa) dias contados a partir da regulamentação deste artigo, podendo esse prazo ser prorrogado ou reaberto por igual período pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, e independerá de apresentação de garantia.



§ 3º A dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior:

I - a R\$ 300,00 (trezentos reais) para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

II - a R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para Microempreendedores Individuais.

§ 4º Até o mês anterior ao da consolidação dos parcelamentos de que trata o **caput**, o devedor fica obrigado a calcular e recolher mensalmente a parcela equivalente ao maior valor entre:

I - o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas;

II - os valores constantes no § 3º deste artigo.

§ 5º Por ocasião da consolidação, será exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês da adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados.

§ 6º Poderão ainda ser parcelados, na forma e condições previstas nesta Lei Complementar, os débitos parcelados de acordo com os §§ 15 a 24 do art. 21 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 7º O requerimento de adesão ao parcelamento dos débitos de que trata o § 2º deste artigo implicará desistência compulsória e definitiva do parcelamento anterior, sem restabelecimento dos parcelamentos rescindidos caso não seja efetuado o pagamento da 1ª (primeira) prestação.

§ 8º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 9º Compete ao Comitê Gestor do Simples Nacional a regulamentação do parcelamento disposto neste artigo.



**Art. 10.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – na data de sua publicação, com relação ao art. 9º desta Lei Complementar;

II – a partir de 1º de janeiro de 2018, quanto aos demais dispositivos.

**Art. 11.** Revogam-se a partir de 1º de janeiro de 2018:

I – o item 1 da alínea “b” do inciso X do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II – os incisos I e IV do § 4º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – os incisos I, II e III do art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

IV – o art. 72 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

V – o anexo VI da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

VI – a alínea “d” do inciso I do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.



**ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Comércio

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1ª Faixa	4,00%	3,50%	12,74%	2,76%	43,00%	34,00%
2ª Faixa	4,00%	3,50%	12,74%	2,76%	43,00%	34,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	12,74%	2,76%	43,00%	34,00%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	12,74%	2,76%	43,00%	34,00%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	12,74%	2,76%	43,00%	34,00%
6ª Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	-



**ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Indústria

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,80%	5.940,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,00%	13.860,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,20%	22.500,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,70%	85.500,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	720.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos						
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	IPi	ICMS
1ª Faixa	4,00%	3,50%	11,51%	2,49%	40,00%	6,50%	32,00%
2ª Faixa	4,00%	3,50%	11,51%	2,49%	40,00%	6,50%	32,00%
3ª Faixa	4,00%	3,50%	11,51%	2,49%	40,00%	6,50%	32,00%
4ª Faixa	4,00%	3,50%	11,51%	2,49%	40,00%	6,50%	32,00%
5ª Faixa	4,00%	3,50%	11,51%	2,49%	40,00%	6,50%	32,00%
6ª Faixa	8,50%	7,50%	20,96%	4,54%	23,50%	35,00%	-



**ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas de Locação de Bens Móveis e de Prestação de Serviços não relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	6,00%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	11,20%	9.360,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	13,50%	17.640,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	16,00%	35.640,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21,00%	125.640,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	648.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS (*)
1ª Faixa	4,00%	3,00%	11,51%	2,49%	43,40%	35,60%
2ª Faixa	4,00%	3,00%	11,51%	2,49%	43,40%	35,60%
3ª Faixa	4,00%	3,00%	11,51%	2,49%	43,40%	35,60%
4ª Faixa	4,00%	3,00%	11,51%	2,49%	43,40%	35,60%
5ª Faixa	4,00%	3,00%	11,51%	2,49%	43,40%	35,60% (*)
6ª Faixa	35,00%	15,00%	16,03%	3,47%	30,50%	-

(\*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença proporcionalmente entre os demais tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 14,0449%, a repartição será:

	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 14,0449%	(Alíquota efetiva – 5%) x 6,21%	(Alíquota efetiva – 5%) x 4,66%	(Alíquota efetiva – 5%) x 17,87%	(Alíquota efetiva – 5%) x 3,87%	(Alíquota efetiva – 5%) x 67,39%	Percentual de ISS fixo em 5%



**ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	16,44%	3,56%	46,00%
2ª Faixa	19,80%	15,20%	16,44%	3,56%	45,00%
3ª Faixa	20,80%	15,20%	16,44%	3,56%	44,00%
4ª Faixa	17,80%	19,20%	16,44%	3,56%	43,00%
5ª Faixa	18,80%	19,20%	16,44%	3,56%	42,00% (*)
6ª Faixa	53,50%	21,50%	20,55%	4,45%	-

(\*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença proporcionalmente entre os demais tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 11,9048%, a repartição será:

Faixa	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 11,9048%	(Alíquota efetiva – 5%) x 32,41%	(Alíquota efetiva – 5%) x 33,11%	(Alíquota efetiva – 5%) x 28,34%	(Alíquota efetiva – 5%) x 6,14%	Percentual de ISS fixo em 5%



**ANEXO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**  
(Vigência: 01/01/2018)

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional - Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no  
§ 5º-I do art. 18 desta Lei Complementar

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	15,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	18,00%	4.500,00
3ª Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	19,50%	9.900,00
4ª Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,50%	17.100,00
5ª Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23,00%	62.100,00
6ª Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,00%	540.000,00

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos					
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ISS
1ª Faixa	25,00%	15,00%	14,10%	3,05%	28,85%	14,00%
2ª Faixa	23,00%	15,00%	14,10%	3,05%	27,85%	17,00%
3ª Faixa	24,00%	15,00%	14,10%	3,05%	23,85%	20,00%
4ª Faixa	21,00%	15,00%	14,10%	3,05%	23,85%	23,00%
5ª Faixa	23,00%	12,50%	14,10%	3,05%	23,85%	23,50%
6ª Faixa	35,00%	15,50%	16,44%	3,56%	29,50%	-

Sala da Sessão,

Senadora MARTA SUPPLY  
(PMDB-SP)

